



2
0
1
0

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Gonçalves Bragança Fernandes

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

António Domingos Silva Tiago

VEREADORA

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

VEREADOR

Mário Nuno Alves de Sousa Neves

VEREADOR

Paulo Fernando de Sousa Ramalho

VEREADORA

Marta Moreira de Sá Peneda

VEREADOR

Manuel Marques Nogueira dos Santos

VEREADOR

Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

VEREADOR

Mário José Gomes Gouveia

VEREADOR

José Manuel Santos Correia

VEREADORA

Maria Inês Loureiro Rodrigues

2
0
1
0

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
0

ÍNDICE

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO	9
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	13
CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	17
1. Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia	19
2. Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M	19
3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M	19
4. Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M	20
5. Conservatório de Música da Maia, CMM Sociedade Unipessoal, Lda.	20
6. Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.	20
7. Renovarum – Renovação Urbana Lda.	20
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA	21
BALANÇO CONSOLIDADO	23
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	33
INDICADORES DE GESTÃO DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA	37
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS FINANCEIRAS	41
INTRODUÇÃO	43
8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE-MÃE	43
8.1.1. Identificação	43
8.1.2. Legislação	44
8.1.3. Estrutura Organizacional Efectiva	44
8.1.4. Descrição Sumária das Actividades	45
8.1.5. Recursos Humanos	45
8.1.6. Organização Contabilística	45
8.1.7. Outras informações relevantes	47
NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	49
8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS	51
8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas	51
8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada	53
8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação	54
8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo	56
8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros	57
8.2.6. Informações relativas a compromissos	57
8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas	59
8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas	60
8.2.9. Informações diversas	67
ANEXOS DOCUMENTAIS	69
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	89



2
0
1
0

INTRODUÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

A prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas, a par da exigência de qualidade na gestão pública local, impulsionaram os municípios a utilizar estruturas de serviços distintas das que outrora operavam, adequando os seus modelos organizacionais. De facto, os municípios deslocaram a sua actuação para outras organizações, nomeadamente as de natureza empresarial, que detêm ou controlam, passando assim a agir numa lógica de grupo municipal.

Assim, uma visão global da situação financeira do grupo é prejudicada pela simples prestação de contas individuais de cada uma das entidades que o constituem. A análise individualizada dos documentos de prestação de contas e das actividades parcelarmente desenvolvidas, incluindo o município, não possibilita uma apreciação financeira integrada, firme, absoluta e completa, dificultando deste modo uma visão global do grupo, elementar para a tomada de decisão e a definição de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objectivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da actividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, também têm de apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, prerrogativa prevista na Lei das Finanças Locais.

É importante que se refira que a informação financeira proveniente das contas consolidadas, uma vez que permite melhorar o nível da avaliação do risco financeiro e o controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si, facilita a tomada de decisão e respectivo controlo por parte das entidades e do respectivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objectivos estabelecidos, o que não é de todo despiciente em matéria de controlo do défice orçamental.

Contudo só agora, face à recente publicação da Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*”, estão reunidas as condições para se proceder à consolidação de contas nas autarquias locais, não obstante tal obrigatoriedade estar vertida desde de 2007 na Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente no n.º 1 do seu artigo 46º, onde está previsto que, “**Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas definidos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas**, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos”. Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «**Os procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.**», **o que não se verificou até à presente data**, razão pela qual no passado o Município da Maia nunca apresentou contas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo n.º 47.º da LFL, pela câmara municipal e submetidas a apreciação da assembleia municipal conjuntamente com os documentos de prestação de contas do município, sendo posteriormente publicitadas de harmonia com o previsto no artigo 49.º da LFL (até 30 de Abril de cada ano).

Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a LFL, que claramente prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a Portaria a que aludimos, consagrar, de forma expressa, alguns dos aspectos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas, mostrou-se que era indispensável existir um conjunto de instruções que permitissem uma aplicação deste regime pelo Municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável.

A existência de tais instruções eram determinantes para articular os regimes previstos na LFL, na Portaria e na Orientação, bem como ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimento era essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas relativamente ao exercício de 2010.

Estas instruções providas do SATAPOCAL – Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL - apenas foram publicadas pela DGAL no dia 28 de Abril de 2011, facto justificativo do Município não apresentar as suas contas consolidadas juntamente com as suas contas individuais, como seria desejável.

Atendendo que o exercício de 2010 deve ser considerado como “ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais e à data tardia de publicitação destas instruções, ficou aí definido que:

- Não é exigível a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício;
- As demonstrações financeiras consolidadas deverão ser aprovadas pelo órgão executivo de modo a serem apreciadas pelo órgão deliberativo na sessão ordinária do mês de Junho de 2011.



2
0
1
0

PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O **grupo público municipal** é composto pelo município (entidade-mãe) e pelo conjunto de entidades controladas abrangidas pelo perímetro de consolidação.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município da Maia é constituído pelas entidades por este participadas, de forma directa ou indirecta, em 100% do capital, e que fazem parte integrante do Sector Empresarial Local, e pelos Serviços Municipalizados, à data de 31 de Dezembro do exercício económico a consolidar.

Contudo, se em momento imediatamente subsequente ao encerramento do exercício económico a consolidar, uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, as suas demonstrações financeiras não serão incluídas no processo de consolidação anual, sendo o facto e o seu efeito explicitados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de forma inequívoca, designadamente o momento a partir do qual as entidades deixam de ser parte integrante do perímetro de consolidação.

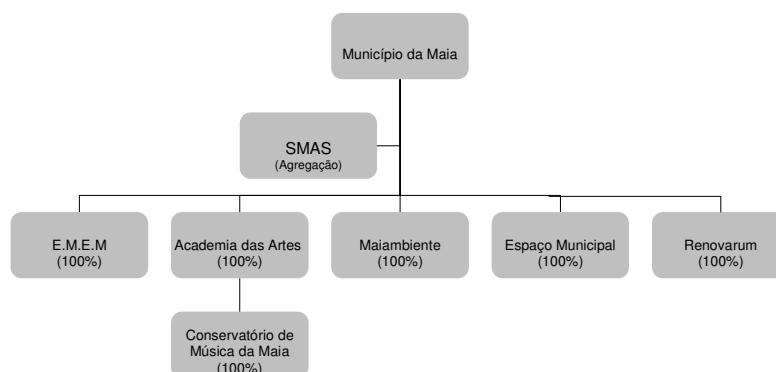
Considerando o exposto, com referência ao exercício económico de 2010, foram excluídas do perímetro de consolidação as entidades TUM – Transportes Urbanos da Maia, E.M., e MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.^a.

Assim, o perímetro de consolidação do Município da Maia apresenta a seguinte constituição:

EMPRESA	SIGLA	VALOR	%
Servidos Municipalizados de Águas, electricidade e Saneamento da Maia	SMAS Maia	NA	NA
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.	E.M.E.M.	124.699	100,00%
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M.	Academia das Artes	49.880	100,00%
Conservatório de Música da Maia*	Conservatório de Música da Maia	5.000	100,00%
Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	Maiambiente	1.496.394	100,00%
Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão de Patrim., E.M.	Espaço Municipal	13.336.639	100,00%
RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld. ^a	Renovarum	162.450	100,00%

* O Conservatório de Música da Maia é 100% detido pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100% no mesmo.

Organigrama do grupo



Para as entidades do Sector Empresarial Local em que o Município da Maia participa, de forma directa ou indirecta, em 100% do capital, foi utilizado o método de consolidação integral, tendo sido utilizado o método da agregação para os Serviços Municipalizados.



2
0
1
0

**CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES INCLUÍDAS NO
PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

maia
CÂMARA MUNICIPAL

1. Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia

Os Serviços Municipalizados de Electricidade, Água e Saneamento da Maia (SMEAS), criada, em 9 de Agosto de 1947, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, têm como missão a distribuição de água potável no Concelho da Maia e a recolha, drenagem e tratamento das águas residuais nele produzidas.

2. Maiambiente – Empresa Municipal do Ambiente, E.M

A Maiambiente EEM é uma empresa pública municipal criada, em 31 de Agosto de 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objecto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a remoção dos resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos, a recolha selectiva de materiais recicláveis e a manutenção da higiene e limpeza dos locais públicos. A Maiambiente E.M. poderá exercer complementarmente actividades da natureza das estabelecidas anteriormente noutros concelhos do País ou participar em agrupamentos de empresas ou em sociedades constituídas para o efeito ou já existentes, mediante autorização expressa da Câmara Municipal da Maia. Poderá também exercer, com carácter acessório, outras actividades relacionadas com o seu objecto, designadamente a elaboração ou promoção de estudos de desenvolvimento estratégico, sustentabilidade e outros.

3. Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M

A Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 26 de Abril de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objecto, por delegação da Câmara Municipal, a gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da:

- a) Instalação construção, instalação e gestão do sistema de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo na área do concelho;
- b) Elaboração, ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel;

No âmbito do seu objecto poderá também:

- c) Proceder à gestão e comercialização directa ou indirecta, de lojas e galerias comerciais preferencialmente implantadas em parques de estacionamento que estejam sobre a sua responsabilidade;
- d) Desenvolver, directamente ou como empresa encarregada de gestão de concessões, a actividade de transporte colectivo de passageiros dentro da área do Município da Maia;

Para a prossecução dos seus fins, pode criar departamentos internos com autonomia funcional e

administrativa, bem como constituir outras pessoas colectivas, subscrever ou adquirir participações em, sociedade civil ou comercial, sociedades reguladas por leis especiais ou cooperativas, sendo necessário para o efeito deliberação da Câmara Municipal da Maia.

4. Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M

A empresa Academia de Artes da Maia – Produções Culturais, E.M., é uma empresa pública municipal criada, em 29 de Junho de 2000, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objecto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a produção de eventos culturais, a gestão dos espaços culturais vocacionados para o desenvolvimento de actividades de índole cultural, a gestão das estruturas formativas Conservatório de Música da Maia, Oficina de Teatro da Maia e Oficina de Imagem.

5. Conservatório de Música da Maia, CMM Sociedade Unipessoal, Lda.

A empresa Conservatório de Música da Maia – CMM SU, Lda. foi constituída em 26 de Outubro de 2006, e tem como actividade principal a gestão do Conservatório de Música da Maia, sendo 100% detida pela Academia das Artes, detendo assim o Município de forma indirecta uma participação de 100% do mesmo.

6. Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M.

A Empresa Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. é uma empresa pública municipal criada, em 2001, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal da Maia.

Tem como objecto principal, por delegação da Câmara Municipal da Maia, a promoção da habitação social, a melhoria das condições habitacionais do Município da Maia, a gestão social, patrimonial e financeira dos bairros e outros fogos da empresa ou cuja administração lhe seja conferida e a participação em acções de renovação e de requalificação urbanística.

7. Renovarum – Renovação Urbana Lda.

A empresa RENOVARUM – Renovação Urbana Lda. é uma empresa criada em 1994, tendo como objecto social a gestão de património e promoção imobiliária



2
0
1
0

**ANÁLISE ECONOMICO FINANCEIRA DA ACTIVIDADE
CONSOLIDADA**

maia
CÂMARA MUNICIPAL



2
0
1
0

BALANÇO CONSOLIDADO

maia
CÂMARA MUNICIPAL

O Balanço Consolidado agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações do Grupo Municipal no momento retratado, e uma vez que o exercício de 2010 é considerado como “ano zero” da consolidação de constas do subsector das autarquias locais não existe para efeitos de comparação, informação financeira consolidada reportada ao inicio do exercício, estando aqui evidenciados apenas os valores líquidos á data de 31 de Dezembro de 2010, sobre os quais incidirá a respectiva análise.

ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO GRUPO MUNICIPAL

BALANÇO CONSOLIDADO		
Descrição	Valor	2010 Peso
Activo Líquido	536.292.642	100,00%
Imobilizado	515.820.637	96,18%
Circulante		
Existências	1.511.024	0,28%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	7.689.735	1,43%
Disponibilidades	8.717.327	1,63%
Acréscimos e Diferimentos	2.553.920	0,48%
Passivo	194.537.662	100,00%
Provisões para riscos e encargos	1.200.000	0,62%
Dívidas a Terceiros		
Médio e Longo Prazo	72.768.212	37,41%
Curto Prazo	32.286.774	16,60%
Acréscimos e Diferimentos	88.282.676	45,38%
Fundos Próprios	341.754.980	100,00%
Património	317.185.553	92,81%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-14.964	0,00%
Reservas	18.471.381	5,40%
Resultados Transitados	-694.661	-0,20%
Resultado Líquido do Exercício	6.807.671	1,99%

Un.:Euros

O balanço consolidado do grupo municipal da Maia evidencia um activo líquido total de 536.292.642€, constituído maioritariamente por activos imobilizados que ascendem a 515.820.637€. Considerando o valor do activo inscrito no balanço individual do Município da Maia é notória a sua influência nesta rubrica, enquanto entidade consolidante, cuja representatividade é superior a 87% (449.894.502€).

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 194.537.662€, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 105.054.986€, cujo maior contributo advém da componente de natureza de médio e longo prazo, com a influência maioritária da entidade consolidante.

Os fundos próprios do Grupo Municipal ascendem a 341.754.980€, dos quais 317.185.553€ representam o valor do seu Património e 6.807.671€ os Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2010.

ACTIVO

IMOBILIZADO

ACTIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL		
Rubricas	2010	Peso no activo líquido
Bens de Domínio Público	128.585.866	23,98%
Imobilizações Incorpóreas	1.165.124	0,22%
Imobilizações Corpóreas	349.020.763	65,08%
Investimentos Financeiros	37.048.884	6,91%
TOTAL	515.820.637	96%

Un.:Euros

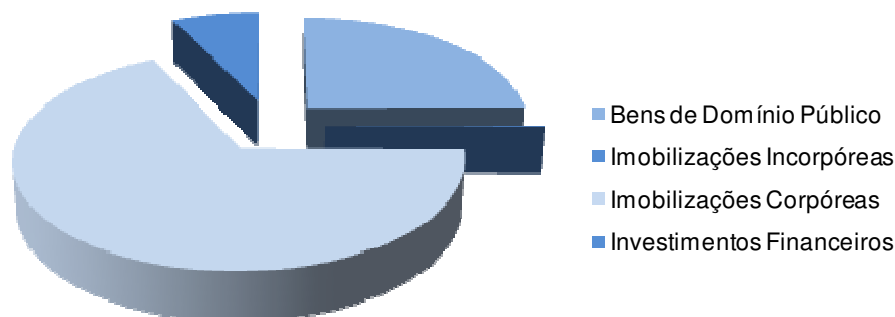
Persiste a representatividade do imobilizado no total do activo líquido do Grupo Municipal, continuando a ser o imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público, as parcelas com maior expressão, ao representarem 65,08% e 23,98%, respectivamente, do valor do total do activo líquido imobilizado.

Os investimentos financeiros que integram 6,91% do activo líquido, também advêm fundamentalmente do balanço individual do Município, uma vez que ao nível das participadas apenas a Academia das Artes apresenta participações desta natureza, designadamente ao deter 100% do Conservatório de Música da Maia, bem como uma participação na Associação MAIANOVA.

Por último, os activos incorpóreos preservam um insignificante peso percentual no activo líquido, na ordem dos 0,22%.

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de um gráfico demonstrativo das referências anteriormente efectuadas.

ACTIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO DO GRUPO MUNICIPAL



CIRCULANTE

O activo circulante do grupo municipal, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 3,34% do activo líquido, Os maiores agregados são as Disponibilidades e as Dívidas de Terceiros, que são exclusivamente de curto prazo.

Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada das componentes “Disponibilidades” e “Dívidas de Terceiros”, estas últimas que se apresentam em termos brutos fruto da materialidade das respectivas provisões.

À data de 31 de Dezembro de 2010 o valor das Disponibilidades ascendeu a 8.717.327€, sendo 8.673.927€ constituídos por depósitos em Instituições de Crédito e 43.400€ por valores em caixa.

O total de Disponibilidades do grupo municipal compreende o saldo de gerência de operações orçamentais, no valor de 3.538.354€ em resultado do balanceamento entre o total de receita orçamental cobrada e total da despesa orçamental paga no exercício, a que acresce o saldo inicial, cujo detalhe consta no quadro que se segue.

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	
31-Dez-10	
RECEBIMENTOS	
Saldo inicial	6.054.080
Receitas orçamentais	96.469.372
Correntes	85.928.458
Capital	10.515.936
Outras	24.978
PAGAMENTOS	
Despesas orçamentais	98.985.099
Correntes	67.201.950
Capital	31.783.149
Saldo final	3.538.353

Un.:Euros

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL		
ACTIVO BRUTO		
	2010	Peso %
Empréstimos Concedidos	78.809	0,43%
Clie n/Contrib e Uten c/c	3.780.279	20,53%
Clie n/Contrib./Utent - Cobrança Duvidosa	8.103.570	44,00%
Adiantamentos a Fornecedores	35	0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	328.550	1,78%
Outros Devedores	6.125.048	33,26%
TOTAL	18.416.290	100,00%

Un.:Euros

Se em termos de activo bruto, a análise das Dívidas de Terceiros conduz a um valor total de 18.416.290€, já em termos líquidos, como se afere do balanço inicialmente apresentado, registou-se um valor de 7.689.735€, circunstância que está directamente relacionada com a constituição das correspondentes provisões, temática esta devidamente explicitada na respectiva nota ao balanço e à demonstração de resultados.

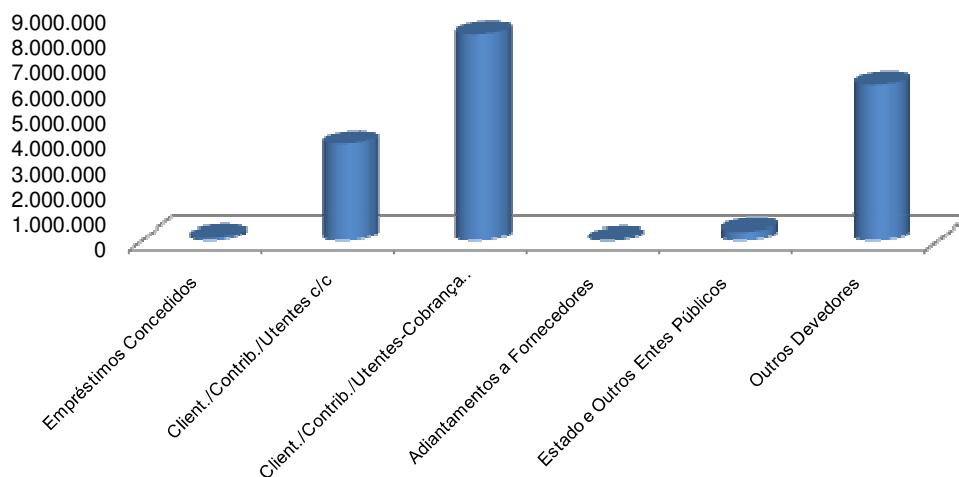
A rubrica de “Empréstimos Concedidos” respeita exclusivamente a empréstimos concedidos para financiamento e apoio às micros e pequenas empresas no Concelho da Maia no âmbito do Programa Finicia, ao abrigo do Protocolo Financeiro e de Cooperação celebrado entre o Município da Maia e as demais entidades intervenientes, incluindo ainda a parceria de uma Instituição de Crédito. O referido instrumento de financiamento tem uma dotação máxima de 500.000 €. O montante contabilizado, de 78.809 €, corresponde ao total dos valores já entregues pelo Município da Maia às empresas cuja aprovação do financiamento foi entretanto devidamente formalizada através de contrato.

Na rubrica de outros devedores registam-se como valores mais significativos os provenientes de Devedores de Transferências para as Autarquias Locais, onde se incluem os créditos contabilizados no

âmbito de financiamentos originários da Administração Central e de Fundos Comunitários, quando homologadas as respectivas candidaturas.

Complementa-se a análise antes efectuada com a apresentação gráfica da composição das Dívidas de Terceiros.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL (VALORES BRUTOS)



O valor mais representativo das dívidas de terceiros refere-se a cobrança duvidosa (8.103.570€) para o qual foram constituídas provisões em conformidade com as regras previstas no POCAL no valor de 7.293.476€.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no activo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2010.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS DO GRUPO CONSOLIDADO	
	2.553.920
Acréscimos de Proveitos	2.206.916
Custos Diferidos	139.189
Activos por Impostos Diferidos	207.815

Un.: Euros

Os activos por impostos diferidos estão relacionados com as diferenças temporárias dedutíveis nas empresas Academia das Artes - Produções Culturais, E.M. (50.609 €) e Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. (157.206 €).

PASSIVO

DÍVIDAS A TERCEIROS

DÍVIDAS A TERCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL		
	2010	Peso %
Médio e Longo Prazo		
Empréstimos de médio e longo prazo	51.455.817	48,98%
Fornecedores c/c - mlp	19.750.102	18,80%
Fornecedores de Imobilizado mlp	1.562.293	1,49%
Sub-Total	72.768.212	69%
Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	67.340	0,06%
Empréstimos de mlp - Amortizações exigíveis a c/p	7.464.021	7,10%
Fornecedores c/c	4.090.494	3,89%
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a c/p	13.726	0,11%
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.259.147	1,20%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.596	0,03%
Fornecedores de Imobilizado c/c	10.754.035	10,24%
Fornecedores de Imobilizado - Facturas em recepção e conf.	461.871	0,44%
Fornecedores de Imobilizado mlp - Amortizações exigíveis a c/p	277.598	0,26%
Estado e Outros Entes Públicos:	710.245	0,68%
Outros Credores	5.300.271	5,05%
Clientes e Utentes c/ cauções	1.758.429	1,67%
Sub-Total	32.286.774	31%
TOTAL	105.054.986	100%

Un.: k€

As importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais. Da sua análise ressalta que o valor das dívidas a terceiros do grupo municipal totaliza 105.054.986€, constituído maioritariamente por dívida de natureza de médio e longo prazo que ascende a 72.768.212€, face aos 32.286.774€ que emergem da dívida de curto prazo.

Considerando o valor da dívida de médio e longo prazo no balanço individual do Município é notória a sua influência nesta rubrica, encontrando-se bem espelhada a contribuição de cada uma das entidades do grupo municipal no quadro seguinte.

DÍVIDAS A TERCEIROS DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL						
ANO 2010						
Descrição	Fornecedores c/c	Empréstimos Obtidos	Fornecedores Imobilizado	TOTAL		
				Valor	Peso	
MUNICIPIO DA MAIA	-	58.919.838	1.321.658	60.241.496	74,72%	
SMAS MAIA	19.863.828	-	265.705	20.129.533	24,97%	
EMEM	-	-	-	0	0,00%	
ACADEMIA ARTES	-	-	-	0	0,00%	
MAI AMBIENTE	-	-	73.070	73.070	0,09%	
ESPAÇO MUNICIPAL	-	-	179.458	179.458	0,22%	
RENOVARUM	-	-	-	0	0,00%	
CONSERVATÓRIO MÚSICA	-	-	-	0	0,00%	
TOTAL	19.863.828	58.919.838	1.839.891	80.623.557	100,00%	

Un.:Euros

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

Face aos valores apresentados conclui-se que cerca de 75% do endividamento de médio e longo prazo do grupo provém da Câmara Municipal logo seguido do contributo prestado pelo SMAS, valor que respeita à dívida a empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, consolidada até 31 de Dezembro de 1988. As restantes entidades, atendendo aos valores apresentados, não têm expressão significativa para influir no endividamento global de exigibilidade de médio e longo prazo.

A título complementar insere-se um quadro representativo da composição da dívida desta natureza no final da gerência de 2011, concretizadas que sejam as respectivas amortizações exigíveis a curto prazo.

PREVISÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO DO GRUPO MUNICIPAL		
Descrição	Amortizações exigíveis a CP	Dívida em 31/12/2011
Município		
Empréstimos de Médio e Longo Prazo		
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	2.785.527	13.698.097
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	2.016.618	9.916.912
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	1.505.464	3.763.660
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE	0	5.018.213
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	288.887	5.890.383
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	867.526	13.168.552
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	211.465	110.193
	7.675.486	52.566.010
Maiambiente		
Locações Financ. - Millennium BCP	11.176	8.622
Locações Financ. - Santander Totta	23.357	29.915
	34.533	38.537
Espaço Municipal		
Locações Financ. - Totta Crédito	31.600	147.858
	31.600	147.858
SMAS		
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	113.726	19.750.102
Fornecedores Imobilizado c/ caucões	0	265.705
	113.726	20.015.807
Total	7.855.345	72.768.212

Un.: Euros

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no activo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2010.

ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	
	88.282.676
Acréscimos de Custos	4.018.488
Proveitos Diferidos	83.464.742
Passivos por Impostos Diferidos	799.447

Un.: Euros

A expressividade dos Proveitos Diferidos, está fundamentalmente associada ao montante contabilizado em subsídios para investimentos, a título de participações oportunamente aprovadas no âmbito de projectos homologados ao abrigo dos Quadros Comunitários de Apoio ou de Protocolos e Contratos-

Programa para o efeito celebrados, tem vindo a ser progressivamente transferido numa base sistemática para proveitos, acompanhando a contabilização das amortizações dos activos financiados.

Os passivos por impostos diferidos estão integralmente relacionados com diferenças temporárias tributárias na empresa Espaço Municipal - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M..

FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal no final do exercício de 2010 ascendem a 341.754.980€, dos quais 317.185.553€ referem-se a Património, 17.776.719 € a Reservas e Resultados Transitados e 6.807.671€ os Resultados Líquidos que foram gerados no exercício económico de 2010.

Em Ajustamentos de Partes de Capital em Empresas fica reflectida a redução do capital social detido pelo Município na empresa MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda., de 14.964 €, no âmbito do processo de regularização da situação patrimonial daquela entidade, aprovado na reunião de Câmara realizada em 12 de Setembro de 2007.

Do total dos Fundos Próprios do Grupo Municipal (341.754.980€), 92,1% são do Município (314.851.322€).



2
0
1
0

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS		
	2010	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
		100%
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5.153.415	5,92%
Fornecimento e Serviços Externos	20.974.730	24,11%
Custos com Pessoal	26.971.367	31,01%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	3.531.683	4,06%
Amortizações do Exercício	18.529.368	21,30%
Provisões do Exercício	1.644.050	1,89%
Outros Custos com Pessoal	1.055.284	1,21%
(A)	77.859.897	
Custos e Perdas Financeiras	2.867.016	3,30%
(C)	80.726.913	
Custos e Perdas Extraordinárias	6.253.721	7,19%
(E)	86.980.634	
Imposto Estimado	55.663	
(G)	87.036.297	
Resultado Líquido do Exercício	6.807.671	
	93.843.968	
PROVEITOS E GANHOS		
		100%
Vendas e Prestação de Serviços	27.889.787	29,72%
Impostos e Taxas	38.103.481	40,60%
Proveitos Suplementares	162.877	0,17%
Transferências e Subsídios Obtidos	15.955.799	17,00%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	9.174	0,01%
(B)	82.121.117	
Proveitos e Ganhos Financeiros	556.388	0,59%
(D)	82.677.505	
Proveitos e Ganhos Extraordinários	11.166.464	11,90%
(F)	93.843.968	
RESUMO		
Resultados Operacionais: (B-A)	4.261.220	
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)	-2.310.628	
Resultados Correntes: (D-C)	1.950.592	
Resultados antes de imposto: (F-E)	6.863.334	
Resultados Líquido do Exercício:	6.807.671	

Un.:Euros

No ano de 2010 o grupo municipal apresentou custos na ordem dos 86.980.634€ e os proveitos ascenderam a 93.843.968€.

A interferência da actividade operacional do grupo municipal permanece como factor determinante na formação do resultado, tendo o respectivo ciclo gerado um resultado positivo de 6.807.671 €.

Efectivamente, do total dos custos e perdas do ano, 90% são de índole operacional, cabendo aos proveitos dessa natureza 88% do seu total.



2
0
1
0

INDICADORES DE GESTÃO DA ACTIVIDADE
CONSOLIDADA

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES		2010		OBSERVAÇÕES	
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	341754 980	175,68%	Os indicadores de solvabilidade medem a capacidade financeira global de a entidade poder solver melhor ou pior a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida (de curto, médio ou longo prazos). Põe, assim, em destaque o grau de independência da entidade em relação aos seus credores.
		Passivo	194 537 662		
2	Solvabilidade II	Activo Líquido	536 292 642	275,68%	Este indicador, em função do activo e do passivo, dá a solvabilidade em sentido estrito, devendo ser superior a 100% pois caso seja inferior à unidade evidencia uma situação líquida negativa.
		Passivo	194 537 662		
3	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	341754 980	63,73%	Este indicador evidencia a parte do activo coberto pelo fundo patrimonial, ou seja, compara o capital próprio com a aplicação de fundos. Quando o maior o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos, o que lhe dará maior autonomia, ou seja, maior solvabilidade. Um valor baixo indica grande dependência em relação aos credores. Deve ser superior a 33%.
		Activo Líquido	536 292 642		
4	Liquidez Geral	Activo Circulante	17 918 085	55,50%	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências (Nota: não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.
		Passivo Circulante	32 286 774		
5	Liquidez Imediata	Disponibilidades	8 717 327	27,00%	É idêntico ao anterior, mas considerando apenas o valor das disponibilidades. Deve ser > 90%
		Passivo Circulante	32 286 774		
6	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	414 523 192	80,36%	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
		Imobilizado Líquido	515 820 637		
7	Percentagem de imobilizado líquido total	Imobilizado Líquido	515 820 637	96,18%	Permite aferir da importância relativa do imobilizado no conjunto do activo líquido da autarquia. Quanto maior a % maior a rigidez e a falta de liquidez associada à estrutura do activo da entidade.
		Activo Líquido	536 292 642		

INDICADORES FINANCEIROS

INDICADORES		2010		OBSERVAÇÕES	
8	Endividamento	Passivo	194 537 662	36,27%	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
		Activo Líquido	536 292 642		
9	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	72 768 212	13,57%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de MLP utilizado pela entidade.
		Activo Líquido	536 292 642		
10	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	51455 817	9,59%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de MLP contraídos pela entidade.
		Activo Líquido	536 292 642		
11	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	32 286 774	6,02%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente ao capital alheio de curto prazo utilizado pela entidade. As dívidas de curto prazo correspondem ao passivo circulante anteriormente referido, não incluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos.
		Activo Líquido	536 292 642		
12	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	67340	0,01%	Mede o grau de dependência do activo líquido total relativamente aos empréstimos de curto prazo contraídos pela entidade.
		Activo Líquido	536 292 642		
13	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	72 768 212	37,41%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.
		Passivo	194 537 662		
14	Estrutura de Endividamento II	Dívidas de Curto Prazo	32 286 774	16,60%	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o indicador anterior.
		Passivo	194 537 662		
15	Peso das despesas com pessoal	Custos com Pessoal	26 971 367	31,01%	Exprime o peso das despesas com pessoal no total dos custos da estrutura.
		Total de Custos	86 980 634		
16	Peso das Transferências e Subsídios	Transferências e Subsídios	3 531 683	4,06%	Exprime o peso dos subsídios e das transferências no total dos custos da estrutura
		Total de Custos	86 980 634		
17	Peso dos Fornecimentos e Serviços Externos	FSE	20 974 730	24,11%	Exprime o peso dos fornecimentos e serviços externos no total dos custos da estrutura.
		Total de Custos	86 980 634		
18	Peso dos custos Financeiros	Custos Financeiros	2 867 016	3,30%	Exprime o peso dos custos financeiros no total dos custos da estrutura.
		Total de Custos	86 980 634		



2
0
1
0

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS
FINANCEIRAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

INTRODUÇÃO

Estabelece a Lei das Finanças Locais (LFL) designadamente o n.º 1 do seu artigo 46º, que “ Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas definidos na lei, **as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas**, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados, com os respectivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos” . Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «Os **procedimentos contabilísticos para a consolidação de balanços** dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais **são os definidos no POCAL.**», o que não se verificou até à presente data, razão pela qual no passado o Município da Maia nunca apresentou contas consolidadas.

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os *Anexos às Demonstrações Financeiras*.

Assim, as notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 8 do POCAL, para apresentação de contas, adaptada à numeração definida na sugestão de um modelo de estrutura do anexo às demonstrações financeiras consolidadas definido pelas instruções do SATAPOCAL, publicitadas pela DGAL em 28 de Abril de 2011, para a consolidação de contas para o exercício de 2010, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da actividade do grupo municipal, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

Atendendo que o exercício de 2010 deve ser considerado como “ ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais e à data tardia de publicitação de tais instruções, ficou aí definido que não é exigível a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE-MÃE

8.1.1. IDENTIFICAÇÃO

Município da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474 - 006 MAIA

Número de identificação fiscal: 505 387 131

Regime financeiro: Autonomia administrativa e financeira

O concelho da Maia é composto por 17 freguesias e tem uma área de 83,7Km²

N.º de eleitores: 107 963, conforme informação da DGAI – Direcção Geral Administração Interna - Administração Eleitor, obtida à data de 31 de Dezembro de 2010, para o processo eleitoral da “Presidência da República”, realizada em 23/01/2011.

8.1.2. LEGISLAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos aplicados pela entidade-mãe, nomeadamente os preconizados no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A / 99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 162/99, de 14 de Setembro, 60-A/2005, de 30 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, aos quais acrescem os princípios estabelecidos na Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, designadamente nos pontos 2 a 2.6:

- Relevância e materialidade;
- Fiabilidade;
- Neutralidade;
- Plenitude;
- Comparabilidade (espacial e temporal);
- Representação fidedigna (da informação nelas contida).

8.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA

Em cumprimento do que se encontra legalmente estabelecido pelo Decreto-Lei n.º. 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal da Maia, em sessão ordinária, realizada no dia 29 de Dezembro, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 13 de Dezembro de 2010, de aprovar o regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal, constituído por um número máximo de 14 Unidades Nucleares, sob a forma de Departamentos Municipais e um número máximo de 34 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao anteriormente publicado em 15 de Maio de 2007, Diário da República n.º 93, II Série (Ver organograma anexo).

Após a publicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece o regime de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela entidade competente para a aprovação da proposta de orçamento.

O mapa de pessoal para 2010 foi aprovado na reunião do Executivo Municipal realizada no dia 10 de Dezembro de 2009, e em sessão da Assembleia Municipal de 23 do mesmo mês.

8.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES

A Câmara Municipal da Maia é uma autarquia local cujas actividades são direccionadas à concretização das atribuições que lhe estão legalmente conferidas pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as respectivas alterações.

8.1.5. RECURSOS HUMANOS

- O Órgão Executivo Municipal é composto pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro António Gonçalves Bragança Fernandes, e por dez Vereadores, nomeadamente:
- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr. Mário José Gomes Gouveia
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Senhor José Manuel Santos Correia
- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Dr.ª Maria Inês Loureiro Rodrigues
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de permanência estiveram os Senhores Vereadores:

- Eng.º António Domingos da Silva Tiago
- Dr.ª Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
- Dr. Mário Nuno Alves de Sousa Neves
- Dr.ª Marta Moreira de Sá Peneda
- Senhor Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

Em regime de meio tempo estiveram os Senhores Vereadores:

- Dr. Paulo Fernando Sousa Ramalho
- Dr. Manuel Marques Nogueira dos Santos

8.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Todas as operações e registos contabilísticos da entidade mãe são efectuados num único sistema de contabilidade que integra a Contabilidade Orçamental, a Contabilidade Patrimonial e a Contabilidade de Custos ou Analítica, não estando esta última, ainda, adequadamente implementada, em estrita obediência às determinações do POCAL.

Os serviços de contabilidade da entidade mãe são únicos e organizados de forma centralizada, no Departamento de Finanças e de Património. As actividades do Departamento são asseguradas por três divisões:

- Divisão de Contabilidade e Controlo Orçamental
- Divisão de Planeamento e Gestão Financeira
- Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e do Património

O sistema informático que a autarquia utiliza, usualmente designado por SIGMA, é um sistema de informação centralizada assente numa base de dados relacional, constituído por 19 aplicações – recentemente foi incluída aplicação do Notariado, desenvolvida pela empresa Medidata Net – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., com excepção do Software existente nas instalações desportivas e recreativas.

As diversas aplicações estão integradas entre si, contribuindo, de forma assinalável para garantir a fiabilidade da informação financeira produzida.

Em detrimento de um mais eficiente controlo da informação financeira produzida, refere-se que ainda não se encontram em funcionamento as aplicações de “Obras Municipais” e “Programa de Concursos de Empreitadas”.

A aplicação informática de “Máquinas”, continua a ser apenas parcialmente utilizada pelo Departamento de Trânsito e Transportes.

A gestão informática das Instalações Desportivas e Recreativas da Autarquia é garantida pelo Software C-GESP XXI, Gestão de Equipamentos Desportivos, da empresa CEDIS, Consultores em Sistemas de Informação e Informática, Lda.

Refira-se que o Município da Maia tem preparado demonstrações financeiras semestrais com vista a análise económico-financeiro e orçamental prevista na Lei das Finanças Locais.

No que respeita às Entidades que integram o Grupo Municipal para além da empresa-mãe, são adoptados procedimentos contabilísticos próprios definidos em normativo interno específico para efeitos de consolidação e que integram:

- i. Definição harmonizada para as políticas contabilísticas de forma a permitir a homogeneização e comparabilidade da informação;
- ii. Conciliação de todos os fluxos transaccionais e saldos entre as entidades que integram o perímetro Municipal numa periodicidade definida;
- iii. Reporte periódico de informação prestada pelas entidades participadas ao Município, em modelo próprio de reporte.

Todas as entidades que integram o perímetro de consolidação adoptam as políticas contabilísticas e de relato financeiro como referencial contabilístico das suas contas individuais, com a excepção do SMAS e do Município que adoptam o POCAL.

Em sede de consolidação, a empresa mãe tem procedimentos definidos que garantem a transposição dos diferentes acontecimentos/eventos e transacções nas diferentes entidades para o referencial contabilístico POCAL.

8.1.7. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- Acções Inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF e IGAT), com incidência na gerência e nos 3 anos anteriores:

Data da acção: 15-11-2009 Período abrangido: 2005 a 2009 Entidade: IGF N.º Processo: 2009/25/A3/1009

- Documentos de Gestão da Entidade-Mãe:

Grandes Opções do Plano e Orçamento aprovados em 2009 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 10 de Dezembro e 23 de Dezembro, respectivamente.

Documentos de Prestação de Contas aprovados em 2011 pelos órgãos executivo e deliberativo, em 14 de Abril e 27 de Abril, respectivamente.



2
0
1
0

NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

8.2 – NOTAS AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

8.2.1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO							ANO 2010	
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Motivo da Inclusão		N.º Médio de Trabalhadores por categorias		
				Detenção da Totalidade do Capital		N.º	Categorias	
				Directa	Indirecta			
Município	505 387 131	Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4474-006 Maia	Administração Local	100%	-	1303		
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M	504 830 783	Praça Dr. José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14º Piso 4474-006 Maia	Gestão de serviços de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, através, designadamente da: a) Instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago, à superfície ou em estruturas executadas no solo ou subsolo, no território do concelho da Maia. b) Elaboração ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel.	100%	-	22		
ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA - Produções Culturais, E.M.	504 925 229	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Produção de eventos culturais e ainda participar/ gerir sociedades cujo objectivo seja a construção/ exploração de parques temáticos; construir, explorar e gerir imóveis cujo fim se destine ao desenvolvimento de actividades artístico-culturais; proceder/ encomendar estudos, inquéritos e projectos; celebrar contratos-programa com organismos públicos e privados.	100%	-	38		
MAI AMBIENTE - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	505 060 868	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheiros 4475-302 Maia	Remoção dos resíduos sólidos urbanos	100%	-	150	Vide Anexo V	
ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M	505 462 583	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 131 4470-157 Maia	Promoção Imobiliária / Gestão de Rendas	100%	-	23		
RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Lda	503 248 061	Rua Dr. Carlos Felgueiras, n.º 131 4470-157 Maia	Construção de imóveis em terrenos que adquira para o efeito, a aquisição de imóveis para revenda, a compra, venda, gestão ou fruição de bens imóveis.	100%	-	0		
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA	507 326 270	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	Gestão do Conservatório de Música da Maia e a persecução de actividades que visem o desenvolvimento cultural da população do Concelho da Maia.	-	100%	51		
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA MAIA	680 015 124	Rua Dr. Carlos Felgueiras 4471-909 Maia	Distribuição de Água, recolha e tratamento de águas residuais	100%	-	173		

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivos da Exclusão
TUM - Transportes Urbanos da Maia, E.M.	505 822 989	Edifício dos Paços do Concelho Praça Dr. José Vieira de Carvalho 4470-202 Maia	Prestação de serviço público de transporte colectivo de passageiros na área do Município da Maia	100,00%	Extinta em momento imediatamente subsequente ao encerramento do exercício de 2010
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	Rua de Vilar, n.º 235 - 5º Apartado 55145 4050-626 Porto	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,92%	Não integra o SEL
Águas do Noroeste, S.A.	509 436 595	Lugar de Gaído Barcelos 4755-045 Areias de Vilar	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	2,19%	Não integra o SEL
MACMAI - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Lda.	502 342 943	Rua 5 de Outubro, n.º 359 Milheirós 4475-302 Maia	Abate de gado bovino, caprino, o vintano e equino.	100,00%	Nos termos do Acórdão proferido em 23/06/2009 pelo Tribunal de Contas não integra SEL
MUNICÍPIA - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	504 475 606	Av. Prof. Dr. Cavaco Silva Edifício Ciência II, n.º 11- 3º B - Taguspark 2740-120 Porto Salvo	Produção de cartografia, topografia e orto foto mapas; concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; produção e comercialização de dados; desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional).	4,64%	Não detida a 100%
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	50199 872	Rua de Salazares, n.º 842 4149-002 Porto	Promover a apoiar a criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas que explorem negócios novos ou utilizem tecnologias inovadoras.	0,50%	Não detida a 100%
TECM AIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	504 569 244	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51,00%	Não detida a 100%
PORTGÁS - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	501991476	Rua Linhas de Torres, n.º 41 4350-214 Porto	Distribuição de gás natural, bem como a produção e distribuição de outros gases combustíveis canalizados e, ainda, outras actividades relacionadas com o objecto principal, designadamente a produção e comercialização de equipamentos de queima, nos termos em que tal lhe for legalmente permitido	0,24%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
PRIMUS - Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A.	504 558 161	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	Desenvolvimento regional com acção na promoção, concepção, elaboração, realização e gestão de projectos de ordem económica e social na área geográfica onde se inserem.	0,06%	Não detida a 100%
Metro do Porto, S.A.	503 278 602	Avenida Fernão Magalhães, n.º 1862 - 7º 4350-158 Porto	Exploitação de um sistema de metro ligeiro na AMP	0,001%	Não integra o SEL nem é detida a 100%
Hospital Lidador, S.A.	508 178 738	Sede Santa Casa Misericórdia Maia Avenida Visconde Barreiros s/n	Criação, exploração e administração de estabelecimentos e unidades privadas ou públicas de saúde, clínicas, hospitais e clubes de saúde que tenham por objecto a prestação de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem, com internamento ou sala de recobro e outros serviços clínicos especializados e meios auxiliares de diagnóstico	10,00%	Não detida a 100%

ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO					
Denominação	N.P.C. N.I.F.	Sede Social	Actividade Principal	Participação Detida	Motivo da Exclusão
Associação Nacional de Municípios	501627 413	Av. Marnoco e Sousa, n.º 52 3004-511 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do Poder Local	Quota 4.340	Não integra o SEL
Área Metropolitana do Porto	502 823 305	Av. dos Aliados, n.º 236 - Fº 4000-065 Porto	Persecução de interesses municipais e intermunicipais	5,97%	Não integra o SEL
LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	501394 192	Rua da Morena, n.º 805 4435-996 Baguim do Monte	Gestão e Tratamento de Resíduos	10,97%	Não integra o SEL
Maia Inova	505 460 718	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção da inovação, do desenvolvimento económico, social e cultural e também a utilização racional da energia, a optimização do aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas do planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável	Quota 5.000	Não detida a 100%
Associação do Parque de Ciências e Tecnologia do Porto	502 772 271	Rua Eng.º Frederico Ulrich, n.º 2650 4470-605 Moreira da Maia	Promoção, instalação e desenvolvimento de um parque de ciência e tecnologia que possa contribuir para a investigação científica e para o desenvolvimento tecnológico do País.	Quota 10.000	Não detida a 100%
Fundação da Juventude	502 263 342	Rua das Flores, n.º 69 4050-265 Porto	Promover, realizar e apoiar acções que facilitem a entrada de jovens na vida profissional, intervir activamente nas áreas da cultura, ciência e tecnologia, educação, formação profissional, informação, ambiente e património, desporto e artes plásticas.	Quota 24.940	Não integra o SEL
AdePORTO-Agencia de Energia do Porto	507 886 550	Rua Infante D. Henrique, n.º 42 4050-297 Porto	Contribuir, na sua área de intervenção, para a utilização racional da energia, nomeadamente através do planeamento e gestão da procura de energia, a eficiência energética, a gestão ambiental na interface com a energia, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos e o alargamento das boas práticas no planeamento, na gestão, na construção e na mobilidade sustentável.	Quota 15.125	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA IMO	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado MAIA GOLF	501783 601	Av. João XXI, 63 - 2º 1000-300 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado PRAÇA MAIOR	502 318 988	Av. Eng.º Duarte Pacheco Torre 2 1070-102 Lisboa		100,00%	Não integra o SEL

8.2.2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) **Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas dêem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;**

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras (DF'S) apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efectuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respectivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;**

Não aplicável.

- c) Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.**

Não ocorreram alterações no decurso do exercício na composição do conjunto de entidades incluídas no perímetro de consolidação, considerando que a primeira consolidação está a ser efectuada à data de 31/12/2010.

8.2.3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efectuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;**

Extra-contabilisticamente foram efectuados aumentos e diminuições nas rubricas de DF'S, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Activos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transacções recíprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos selados entre estas mesmas entidades.

- b) Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adoptados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;**

Tendo em consideração que as únicas diferenças de consolidação que resultariam do processo ascendiam a 5.589,27€ (valor Activo) e respeitam à empresa RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld.^a, que foi objecto de incorporação em 2011 na empresa ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M e que o valor do Activo referente a tais diferenças de consolidação é irrecuperável, constituiu-se uma perda por imparidade a tal activo que originou um decréscimo de valor a zero. Em consequência não se registam quaisquer diferenças de consolidação.

- c) Justificação dos casos excepcionais em que não se tenha adoptado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;**

Considerando que este é o primeiro ano em que o Município apresenta Contas Consolidadas e que estas contas por esse motivo, não apresentam comparativos, não existem diferenças de critérios inter-temporais que possam derogar o Princípio de Consistência.

- d) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. instruções de preenchimento do SATAPOCAL, da não eliminação de operações recíprocas, pelo facto de tais operações acarretarem custos desproporcionados, face aos benefícios da informação;**

Todas as operações recíprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- e) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado;**

A empresa RENOVARUM - Renovação Urbana da Maia, Ld.^a, foi integrada na empresa ESPAÇO MUNICIPAL - Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M por processo de fusão em 16/01/2011 por deliberação. Não obstante, face aos valores envolvidos, não existem impactos relevantes associados.

O Conservatório de Música da Maia não continuará a operar nas áreas que traduziram o presente exercício, uma vez que o objecto da sua actividade será integralmente assimilado pela Fundação Conservatório de Música da Maia, homologada pelo Despacho n.º 13476/2009, do Sr. Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, publicado no Diário da República a 1 de Junho de 2009, facto que cria condições de natureza institucional, jurídica e social que se afiguram mais favoráveis e claramente vantajosas, considerando que o carácter fundacional, permitirá, a médio prazo, providenciar a obtenção de estatuto de utilidade pública, atendendo à natureza dos fins, serviços prestados e bens disponibilizados à comunidade.

A reactivação plena da Fundação, permite cumprir a sua missão, prossequindo a projecto educativo, cultural e social de harmonia com a concepção primitiva, num quadro legal que se confere maior responsabilidade aos seus órgãos sociais, cujos actos de gestão estão sujeitos à supervisão e controlo às instituições participadas por entidades públicas.

Devido a esta decisão estratégica do Conselho de Administração do Conservatório de Música, a partir do início do ano lectivo de 2010/2011 esta SU deixou de ter actividade corrente, pretendendo-se providenciar o processo conducente à sua dissolução e liquidação no ano de 2011.

Não obstante a não apresentação das demonstrações financeiras com comparativos (facto que resulta de derrogação prevista no SATAPOCAL para o ano zero) durante o ano de 2011 ocorreu a extinção da TUM - Transportes Urbanos da Maia, E.M., razão pela qual esta entidade não foi incluída no perímetro de consolidação.

f) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável, dado tratar-se do primeiro ano de apresentação de contas consolidadas, não sendo apresentados comparativos por esse mesmo motivo.

g) Indicação dos montantes dos ajustamentos excepcionais de valor dos activos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;

Não se registaram quaisquer ajustamentos excepcionais para fins exclusivamente fiscais.

h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial;

A única entidade incluída no perímetro de consolidação, que tem participação noutra entidade (também incluída neste perímetro) é a Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.M. Esta entidade detém:

- i. 100% do Conservatório de Musica de Maia, incorporando tal participação financeira pelo Método de Equivalência Patrimonial;

8.2.4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art. 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos									Eliminação de créditos/dívidas recíprocos	Grupo Público Consolidado
	MUNICÍPIO DA MAIA	SMAS MAIA	EMEM	ACADEMIA ARTES	MAI AMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	RENOVARUM	CONSERVATÓRIO MÚSICA	TOTAL		
Fornecedores c/c	-	19.863.828	-	-	-	-	-	-	19.863.828	-	19.863.828
Empréstimos Obtidos	58.919.838	-	-	-	-	-	-	-	58.919.838	-	58.919.838
Fornecedores de imobilizado c/c	1.321.658	265.705	-	-	73.070	179.458	-	-	1.839.891	-	1.839.891
Total	60.241.496	20.129.533	0	0	73.070	179.458	0	0	80.623.557	0	80.623.557

NOTA: Inclui as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo exigíveis a curto prazo

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

		Ano 2010		
Dívidas a terceiros de médio e longo prazos do Grupo Municipal		Exigibilidade dos Passivos		
Código/designação das contas	Menos de 1 ano	[1 a 4 anos]	Mais de 4 anos	
M unicipio				
Empréstimos de Médio e Longo Prazo				
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Banco Totta e Açores	2.785.527	9.691.959	4.006.138	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BPI	2.016.618	7.016.618	2.900.295	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Santander Totta - PREDE	1.505.464	3.763.660		
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o Estado - PREDE		2.007.285	3.010.928	
Empréstimo Bancário de M.L.P. com o BBVA	288.887	12 2.359	4.678.024	
Empréstimo Bancário de M.L.P. ao abrigo da linha de Crédito Bonificado - CGD	867.526	3.520.589	9.647.963	
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo - Millennium BCP	211.465	845.861	264.332	
	7.675.486	28.058.331	24.507.679	
M aiambiente				
Loações Financ. - Millennium BCP	11.076	8.622	0	
Loações Financ. - Santander Totta	23.357	29.915	0	
	34.533	38.537	0	
E spaço M unicipal				
Loações Financ. - Totta Crédito	31.600	94.802	53.056	
	31.600	94.802	53.056	
S M A S				
Fornecedores c/c - Médio e Longo Prazo - Electricidade de Portugal, S.A.	10.726	540.88	19.209.904	
Fornecedores Imobilizado c/ cauições		265.705	0	
	10.726	805.903	19.209.904	
Total	7.855.345	28.997.573	43.770.640	

8.2.5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros da totalidade das transacções (art.º 46.º, n.º 1, da LFL), desagregada por tipo.

O mapa dos saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público individual de cada uma das entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação consta de anexo próprio de modo a evidenciar a informação legalmente exigível (vide Anexo IV) inserindo-se de seguida apenas um mapa resumo em idênticos termos.

Ano 2010										
RESUMO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS ENTRE AS ENTIDADES DO GRUPO PÚBLICO										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos				Direitos/recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	235.983	4.518.366	0	4.622.099	132.250	235.983	4.518.366	0	4.622.099	132.250
Subsídios	0	2.627.836	0	2.403.714	224.122	0	2.627.836	0	2.403.714	224.122
Empréstimos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Relações comerciais	1.898.557	1.830.368	0	1.873.620	1.855.305	1.898.556	1.917.598	87.230	1.873.620	1.855.305
Participações do capital em numerário	478.858	0	0	0	478.858	478.858	0	0	0	478.858
Participações do capital em espécie	14.008.453	0	0	0	14.008.453	14.008.453	0	0	0	14.008.453
Outros	753.167	310.900	0	78.250	985.817	753.167	310.900	0	78.250	985.817
Total	17.375.018	9.287.470	0	8.977.683	17.684.805	17.375.017	9.374.700	87.230	8.977.683	17.684.805

Un.: Euros

8.2.6. Informações relativas a compromissos:

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do

conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adoptem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser reflectidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo Municipal encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

Existem Passivos Contingentes já divulgados nas contas individuais e com impacto no Grupo Municipal, relacionados com o processo de cessão de créditos pela antecipação de rendas dos empreendimentos habitação social, celebrado em 2004 com a empresa Espaço Municipal.

Relativamente a esse processo a Administração Tributária reclama, em sede de IVA, de juros compensatórios e de mora, o montante de cerca de 4.200.0000.00€.

b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;

Ano 2010		
GARANTIAS PRESTADAS		
Descrição das garantias prestadas	Valor	Norma legal habilitante
Município		
Fórum da Maia prestado como garantia a favor do Ministério das Finanças em 2007 no âmbito do processo de execução fiscal existente, em consequência do Município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004.	5.175.787	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantia prestada em 2007 a favor do IFADAP - Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura	159.641	
Garantias prestadas em 2005 a favor do ARHNORTE, IP - Administração da região Hidrográfica do Norte, IP	100.000	
Garantia prestada em 2005 a favor do IEP - Instituto de Estradas de Portugal	2.500	
EMEM - Empresa de Estacionamento	n.a.	
Academia das Artes		
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direcção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2003 a 2005	388.600	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Garantias bancárias prestadas, junto do BPI a favor da Direcção Geral dos Impostos para impugnação judicial nos processos relativos a IVA 2006 a 2007	141.024	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Maiambiente	n.a.	
Espaço Municipal		
Fracções habitacionais prestadas como garantias a favor da Direcção Geral do Tesouro referente a liquidações adicionais das finanças relativamente a IVA e IRC dos anos de 2002 a 2008.	3.218.072	Art. 195º do Código do Procedimento e do Processo Tributário
Renovarum	n.a.	
Conservatório de Música	n.a.	
Smas - Serviços Municipalizados	n.a.	

Un: Euros

8.2.7. Informações relativas a políticas contabilísticas:

a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

Na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL):

- **Imobilizado:**

- ✓ Os activos imobilizados encontram-se registados ao custo. Os activos são depreciados pelo modelo por que se espera que os benefícios económicos do activo sejam consumidos pela entidade. As taxas de amortização utilizadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de Abril (CIBE); as taxas utilizadas para os activos das restantes entidades que integram o perímetro de consolidação são as previstas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro. A utilização de taxas diferentes para activos conexos com actividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais activos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.
- ✓ Os investimentos financeiros, que incorporam todas as participações em entidades do sector empresarial local detidas numa percentagem inferior a 100%, bem como participações noutras entidades, independentemente do valor da participação, encontram-se registados ao custo, tendo sido constituídas provisões para todas as participadas cujo valor proporcional do Capital Próprio da participada é inferior à data do balanço ao valor da participação. A não aplicação do Método de Equivalência Patrimonial não tem qualquer impacto material à data do balanço, considerando a constituição das Provisões efectuadas.

- **Loações:**

- ✓ Sempre que em substância são transferidos as vantagens e os riscos associados de um elemento adquirido através de um contrato locação, este é considerado como uma locação financeira e os elementos associados são registados como Activos no Balanço, no enquadramento da predominância da substância económica sobre a forma legal para efeitos de reconhecimento.

- **Existências:**

- ✓ As existências encontram-se mensuradas ao menor entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Como método de custeio das saídas, é adoptado o custo médio ponderado.

- **Dívidas de Terceiros e a Terceiros:**

- ✓ A mensuração das dívidas de e a terceiros é efectuada pelo valor nominal da contraprestação.
- ✓ As provisões para cobranças duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para dívidas em mora entre 6 e doze meses foi constituída provisão de 50% e para dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída provisão na totalidade da dívida.

- **Empréstimos:**
 - ✓ Na contabilização dos empréstimos é adoptado o modelo do custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.
 - ✓ Quando aplicável, são capitalizados custos com empréstimos obtidos, para activos que se qualificam, ou seja para activos cujo tempo de produção seja substancial.
 - **Vendas e Prestações de Serviços:**
 - ✓ O rédito das vendas e das prestações de serviços é reconhecido pelo valor nominal.
 - **Subsídios do Governo:**
 - ✓ O reconhecimento dos subsídios é efectuado apenas quando haja suficiente segurança de que se encontram cumpridos todos os critérios associados ao seu recebimento, ou seja no momento do pedido de pagamento.
 - **Impostos sobre o Rendimento:**
 - ✓ Os impostos são reconhecidos com base no acréscimo. Assim, das diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis resulta o reconhecimento de impostos diferidos.
 - **Aplicações de Tesouraria:**
 - ✓ Os instrumentos financeiros cotados em mercado regulamentado e com natureza de disponibilidades são apresentados ao menos entre o valor de mercado e o custo de aquisição.
 - **Provisões e Passivos Contingentes:**
 - ✓ Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo.
 - ✓ As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.
- b) **Cotações utilizadas para conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas que sejam ou tenham sido originariamente expressos em moeda estrangeira diferente.**

Não aplicável.

8.2.8. Informações relativas a determinadas rubricas:

- a) **Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»;**

O valor apresentado na rubrica *Despesas de Instalação* é composto integralmente por registos contabilísticos do Município e respeita a valores associados à elaboração de plano pormenor, e planos urbanísticos para diversas áreas do Concelho, e o da rubrica *Despesas de Investigação e Desenvolvimento*, refere-se principalmente ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação e do Portal da Maiambiente.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões;

ACTIVO BRUTO

Ano 2010

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:							
Terrenos e recursos naturais	17.684.870	0	0	0	277.258	0	17.962.128
Edifícios	0	0	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	158.495.009	0	16.083	0	3.928.786	0	162.439.878
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.302.339	0	0	0	0	0	1.302.339
Outros Bens de domínio público	0	0	0	0	0	0	0
Imobilizações em curso	19.944.549	584.787	1322.456	0	-4.824.588	0	17.027.205
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0	0	307.812	0	429.545	0	737.357
	197.426.768	584.787	1.646.351	0	-188.999	0	199.468.906
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:							
Despesas de instalação	1.381.034	0	1.901	0	34	0	1.382.969
Despesas de investigação e desenvolvimento	337.826	0	0	0	-105.901	0	231.925
Propriedade industrial e outros direitos	1.359.405	0	19.871	0	8.103	0	1.487.379
Imobilizações em curso	985.598	0	46.619	0	-262.228	0	769.989
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0	0	0	0	0	0	0
	4.063.862	0	168.391	0	-359.991	0	3.872.262
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:							
Terrenos e recursos naturais	43.128.685	0	0	-1.852	545.381	0	43.672.214
Edifícios e outras construções:	349.634.693	0	2.529.849	0	11.682.870	0	363.847.412
Equipamento básico	10.761.585	0	944.148	-14.233	-3.259	0	11.688.240
Equipamento de transporte	4.224.959	0	677.448	-180.815	7.950	0	4.729.542
Ferramentas e utensílios	961.095	0	79.978	0	-79.785	0	961.288
Equipamento administrativo	2.883.233	0	235.005	0	-62.244	0	3.055.994
Equipamento Informático e Software	0	0	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	11.194.569	36.750	248.103	0	115.455	0	11.594.877
Imobilizações em curso	33.495.413	400.872	4.981.328	0	-15.206.857	0	23.670.756
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	956.926	0	0	0	-194.696	0	762.230
	457.241.159	437.621	9.695.858	-196.900	-3.195.184	0	463.982.554
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:							
Partes de capital	22.735.651	0	1.155.000	0	-3.664.296	-15.170.062	5.056.294
Obrigações e títulos de participação	3.415	0	15.125	0	0	0	18.540
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	3.236.275	0	0	0	0	0	3.236.275
Edifícios e outras construções	9.751.970	0	0	0	0	0	9.751.970
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0	0	0
Outros Títulos	16.591.167	0	91.374	0	0	-182.541	16.500.000
Imobilizações em curso	4.379.905	0	1313.780	0	0	0	5.693.685
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	56.698.384	0	2.575.279	0	-3.664.296	-15.352.603	40.256.764
Total	715.430.172	1.022.408	14.085.879	-196.900	-7.408.470	-15.352.603	707.580.487

UnEuro

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES
Ano 2010

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios	0	0	0	0	0
Outras construções e infra-estruturas	65.588.704	5.303.260	-104.992	0	70.786.973
Bens do património histórico, artístico e cultural	89.809	6.259	0	0	96.068
Outros bens de domínio público					
	65.678.513	5.309.519	-104.992	0	70.883.041
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de instalação	1.254.970	20.946	-706	0	1.275.210
Despesas de investigação e desenvolvimento	264.875	33.339	-74.575	0	223.638
Propriedade industrial e outros direitos	1.148.148	52.327	7.815	0	1.208.290
	2.667.993	106.612	-67.467	0	2.707.138
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	84.940.917	6.357.403	-37.759	0	91.260.561
Equipamento básico	7.824.901	474.135	-16.900	0	8.282.137
Equipamento de transporte	3.492.849	337.120	-180.815	0	3.649.155
Ferramentas e utensílios	872.728	40.186	-67.824	0	845.091
Equipamento administrativo	2.562.666	104.274	-61.320	0	2.605.620
Equipamento informático e software	0	0	0	0	0
Taras e vasilhame	0	0	0	0	0
Outras imobilizações corpóreas	7.982.111	331.478	5.637	0	8.319.226
	107.676.174	7.644.596	-358.979	0	114.961.791
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
Partes de capital	149.639	1.821.827	0	-1.173.435	798.031
Obrigações e títulos de participação	0	1.122	0	0	1.122
Investimentos em imóveis:	0	0	0	0	0
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	1.589.468	204.247	0	0	1.793.714
Outras aplicações financeiras:	0	0	0	0	0
Depósitos em instituições financeiras	0	0	0	0	0
Títulos da dívida pública	0	0	0	0	0
Outros Títulos	510.366	104.646	0	0	615.012
	2.249.473	2.131.842	0	-1.173.435	3.207.880
Total	178.272.153	15.192.570	-531.438	-1.173.435	191.759.850

Un: Euro

- c) **Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período;**

Não aplicável.

- d) **Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram;**

Não aplicável.

- e) **Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado;**

Não aplicável.

- f) **Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado;**

Não aplicável.

- g) **Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor;**

Não aplicável.

- h) **Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão;**

Não aplicável.

- i) **Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável;**

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades;

ACTIVIDADE	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR	PESO
2010				
Cultura		136.444	136.444	0,49%
Arrendamento Urbano	572	4.113.169	4.113.741	14,75%
Resíduos Sólidos	41309	4.959.264	5.000.573	17,93%
Alugar Parques e Estacionamento		455.634	455.634	1,63%
Consumo de Água e Saneamento	7.888.322	7.260.295	15.148.617	54,32%
Serviços Públicos				
Desporto, Cultura e Lazer		1901092	1901092	6,82%
Educação		383.464	383.464	1,37%
Acção Social		366.600	366.600	1,31%
Outros serviços	6.887	376.735	383.622	1,38%
Total	7.930.203	19.952.697	27.889.787	100,00%

Un: Euros

k) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS, DE FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DELIBERATIVOS			
Designação dos membros	Funções	Natureza da remuneração atribuída	Valor Anual Bruto Atribuído
Município			
Orgão Executivo			
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	Vencimento	66.483
António Domingos Silva Tiago	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	50.301
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	49.628
Mário Nuno Alves Sousa Neves	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	49.750
Marta Moreira de Sá Peneda	Vereador Tempo Inteiro	Vencimento	49.672
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vereador Meio Tempo	Vencimento	25.811
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vereador Meio Tempo	-	0
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vereador Tempo Inteiro	-	0
Mário José Gomes Gouveia	Vereador	Senhas Presença	2.835
José Manuel Santos Correia	Vereador	Senhas Presença	2.919
Maria Inês Loureiro Rodrigues	Vereador	Senhas Presença	2.526
Orgão de Fiscalização			
Esteves & Pinho, SROC, Ld.ª	ROC	Honorários	25.072
EMEM - Empresa de Estacionamento			
Orgão Executivo			
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	0
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	0
Orgão de Fiscalização			
MGI, SROC, Lda.	ROC	Honorários	3.606
Academia das Artes			
Orgão Executivo			
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	0
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	0
Orgão de Fiscalização			
MGI, SROC, Lda.	ROC	Honorários	3.651
Maiambiente			
Orgão Executivo			
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	0
Paulo Fernando Sousa Ramalho	Vogal	-	0
Fernando António Ferreira Leite	Vogal	-	0
Orgão de Fiscalização			
J. Guimarães, M. Malheiro e Mário Guimarães, SROC	ROC	Honorários	4.338
Espaço Municipal			
Orgão Executivo			
António Domingos da Silva Tiago	Presidente	-	0
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho	Vogal	-	0
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	Vencimento	64.005
Orgão de Fiscalização			
Adriano Torres, SROC, Unipessoal, LDA	ROC	Honorários	9.600
Renovarum			
Orgão Executivo			
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-	0
António Domingos da Silva Tiago	Vogal	-	0
Inácio Felício Fialho de Almeida	Vogal	-	0
Conservatório de Música			
Orgão Executivo			
Mário Nuno Alves de Sousa Neves	Presidente	-	0
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	0
Marta Moreira de Sá Peneda	Vogal	-	0
SMAS - Serviços Municipalizados			
Orgão Executivo			
António Gonçalves Bragança Fernandes	Presidente	-	0
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro	Vogal	-	49.956
Manuel Marques Nogueira dos Santos	Vogal	-	25.986

Un.: Euros

- l) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação;**

Não aplicável.

- m) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações;**

Não aplicável.

- n) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior;**

Não aplicável.

- o) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;**

Considerando que este é o primeiro ano de preparação das DF'S Consolidadas e que as instruções para o efeito apenas foram publicadas a 28 de Abril de 2011, as entidades que integram o perímetro de consolidação e que prepararam as suas contas individuais de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) especificamente pela aplicação de Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), não possuem a informação necessária para se proceder a reclassificação dos diferentes movimentos e transacções de acordo com as contas POCAL.

Em consequência, neste primeiro ano não são apresentados as Demonstrações Consolidadas de Resultados Financeiros e Extraordinários por ser impraticável a sua produção em conformidade com o POCAL

- p) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;**

Igualmente aplicável o conteúdo da alínea anterior.

- q) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;**

PROVISÕES				
	2010			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria	0	0	0	0
Provisões para cobranças duvidosas	10.704.692	1267.822	1245.959	10.726.555
Provisões para riscos e encargos	600.000	600.000	0	1.200.000
Provisões para depreciação de existências	0	0	0	0
Provisões para investimentos financeiros	564.734	2.022.867	1.173.435	1.414.166
Total de Provisões	11.869.426	3.890.689	2.419.394	13.340.721

- r) **Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respectivos valores contabilísticos;**

Ano 2010	
BENS UTILIZADOS NO REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	
Descrição	Valor
Município	-
EMEM - Empresa de Estacionamento	-
Academia das Artes	-
Maiambiente	
Viatura RSU 42-FE-32	81.683
Equipamento Haller 20 m3 (RSU's)	41.233
Espaço Municipal	
Escritórios Plaza	330.015
Renovarum	-
Conservatório de Música	-
Smas - Serviços Municipalizados	-

Un.: Euros

- s) **Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.**

As dívidas encontram-se todas relevadas no balanço consolidado.

8.2.9. Informações diversas

- a) **Outras informações exigidas por diplomas legais;**

Não aplicável.

- b) **Outras informações consideradas relevantes para uma melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.**

Não aplicável.



2
0
1
0

ANEXOS DOCUMENTAIS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

BALANÇO CONSOLIDADO A 31-12-2010			
	31-Dez-10		
	AB	AP	AL
Activo			
Imobilizado:			
Bens de domínio público:			
Terrenos e recursos naturais	17.962.127,74	0,00	17.962.127,74
Edifícios	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	162.439.877,86	70.786.972,74	91.652.905,12
Bens do património histórico, artístico e cultural	1.302.338,96	96.067,95	1.206.271,01
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	17.027.204,63	0,00	17.027.204,63
Adiantamentos por conta de bens de domínio público	737.357,20	0,00	737.357,20
	199.468.906,39	70.883.040,69	128.585.865,70
Imobilizações incorpóreas:			
Despesas de instalação	1.382.969,12	1.275.209,77	107.759,35
Despesas de investigação e de desenvolvimento	231.924,98	223.638,15	8.286,83
Propriedade industrial e outros direitos	1.487.378,89	1.208.290,36	279.088,53
Imobilizações em curso	769.989,41	0,00	769.989,41
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
	3.872.262,40	2.707.138,28	1.165.124,12
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	43.672.213,84	0,00	43.672.213,84
Edifícios e outras construções	363.847.412,45	91.260.561,28	272.586.851,17
Equipamento básico	11.688.240,41	8.282.136,71	3.406.103,70
Equipamento de transporte	4.729.541,67	3.649.154,82	1.080.386,85
Ferramentas e utensílios	961.288,06	845.091,13	116.196,93
Equipamento administrativo	3.055.994,47	2.605.620,17	450.374,30
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	11.594.876,92	8.319.226,49	3.275.650,43
Imobilizações em curso	23.670.755,82	0,00	23.670.755,82
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	762.230,00	0,00	762.230,00
	463.982.553,64	114.961.790,60	349.020.763,04
Investimentos financeiros:			
Partes de capital	5.056.293,99	798.031,14	4.258.262,85
Obrigações e títulos de participação	18.539,77	1.122,48	17.417,29
Investimentos em imóveis	12.988.245,33	1.793.714,43	11.194.530,90
Outras aplicações financeiras	16.500.000,00	615.011,93	15.884.988,07
Imobilizações em curso	5.693.685,15	0,00	5.693.685,15
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
	40.256.764,24	3.207.879,98	37.048.884,26
Circulante:			
Existências:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	801.104,79	0,00	801.104,79
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	709.919,02	0,00	709.919,02
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00
	1.511.023,81	0,00	1.511.023,81
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos			
Cientes, c/c	0,00	0,00	0,00
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos concedidos	78.808,63	0,00	78.808,63
Cientes, c/c	3.734.616,44	0,00	3.734.616,44
Contribuintes, c/c	32.949,25	0,00	32.949,25
Utentes, c/c	12.713,28	0,00	12.713,28
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	8.103.569,55	7.293.476,74	810.092,81
Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	35,00	0,00	35,00
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	328.549,85	0,00	328.549,85
Administração autárquica	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	6.125.048,19	3.433.078,61	2.691.969,58
	18.416.290,19	10.726.555,35	7.689.734,84
Títulos negociáveis:			
Ações	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras e caixa			
Depósitos em instituições financeiras	8.673.927,09	0,00	8.673.927,09
Caixa	43.399,60	0,00	43.399,60
	8.717.326,69	0,00	8.717.326,69
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	2.206.915,69	0,00	2.206.915,69
Custos diferidos	139.188,88	0,00	139.188,88
Activos por Impostos Diferidos	207.815,23	0,00	207.815,23
	2.553.919,80	0,00	2.553.919,80
<i>Total de amortizações</i>		191.759.849,55	
<i>Total de provisões</i>		10.726.555,35	
<i>Total do activo</i>	738.779.047,16	202.486.404,90	536.292.642,26

Fundos próprios e passivo

Fundos próprios:	
Património	317.185.553,36
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0,00
Ajustamento de partes de capital em empresas	-14.963,94
Reservas de reavaliação	0,00
Reservas:	
Reservas legais	4.181.465,12
Reservas estatutárias	0,00
Reservas contratuais	0,00
Reservas livres	674.986,08
Subsídios	261.248,58
Doações	4.621.122,56
Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37
Cedências	3.473.688,61
Outras	3.158.540,34
Resultados transitados	-694.661,27
Resultado líquido do exercício	6.807.671,13
	341.754.979,94
Passivo:	
Provisões para riscos e encargos	1.200.000,00
	1.200.000,00
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	
Empréstimos de médio e longo prazo	51.455.817,03
Fornecedores c/c, mlp	19.750.102,21
Fornecedores de imobilizado, c/c	1.562.292,89
	72.768.212,13
Dívidas a terceiros - Curto prazo:	
Empréstimos de curto prazo	67.340,06
Empréstimos mlp - Amortizações exigíveis a curto prazo	7.464.021,15
Adiantamentos por conta de vendas	0,00
Fornecedores, c/c	4.090.493,88
Fornecedores c/c, mlp - Amortizações exigíveis a curto prazo	113.725,92
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1.259.147,16
Credores pela execução do orçamento	0,00
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.596,43
Fornecedores de imobilizado, c/c	10.754.035,31
Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência	461.870,88
Fornecedores de imobilizado - Amortizações exigíveis a curto prazo	277.598,38
Estado e outros entes públicos	710.245,29
Administração autárquica	0,00
Outros credores	5.300.270,73
Clientes e Utenes com Cauções	1.758.428,81
	32.286.774,00
Acréscimos e diferimentos	
Acréscimos de custos	4.018.487,50
Proveitos diferidos	83.464.741,79
Passivos por Impostos Diferidos	799.446,90
	88.282.676,19
<i>Total dos fundos próprios e do passivo</i>	536.292.642,26

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS A 31-12-2010

CONSOLIDADO

31-Dez-10

Custos e perdas

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
Mercadorias	4.036.174,00	
Matérias	1.117.241,01	5.153.415,01
Fornecimentos e serviços externos		
		20.974.729,80
Custos com o pessoal:		
Remunerações	22.477.602,05	
Encargos sociais	4.493.764,78	26.971.366,83
Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	3.531.683,06	
Amortizações do exercício	18.529.368,03	
Provisões do exercício	1.644.049,98	
Outros custos e perdas operacionais	1.055.284,44	24.760.385,51
(A)	-----	77.859.897,15
Custos e perdas financeiros		
(C)	-----	80.726.912,98
Custos e perdas extraordinários		
(E)	-----	6.253.721,22
Imposto estimado para o período		55.663,05
(G)	-----	87.036.297,25
Resultado líquido do exercício	-----	93.843.968,38

Proveitos e ganhos

Vendas e prestações de serviços:		
Vendas de mercadorias	12.450,33	
Vendas de produtos	7.924.639,41	
Prestações de serviços	19.952.696,91	27.889.786,65
Impostos e taxas		
	38.103.480,50	
Variação da produção	0,00	
Trabalhos para a própria entidade	0,00	
Proveitos suplementares	162.877,42	
Transferências e subsídios obtidos	15.955.798,99	
Outros proveitos e ganhos operacionais	9.173,59	54.231.330,50
(B)	-----	82.121.117,15
Proveitos e ganhos financeiros		
(D)	-----	556.387,55
Proveitos e ganhos extraordinários		
(F)	-----	11.166.463,68

31-Dez-10

Resultados Operacionais: (B - A)	4.261.220,00
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-2.310.628,28
Resultados Correntes: (D - C)	1.950.591,72
Resultado antes de Imposto (F - E)	6.863.334,18
Resultado Líquido do Exercício: (F - G)	6.807.671,13

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	31-Dez-10
RECEBIMENTOS	
Saldo inicial	6.054.079,77
Receitas orçamentais	96.469.372,75
Correntes	85.928.458,40
Capital	10.515.936,10
Outras	24.978,25
PAGAMENTOS	
Despesas orçamentais	98.985.098,69
Correntes	67.201.950,09
Capital	31.783.148,60
Saldo final	3.538.353,83

SalDOS e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público

ANO 2010

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /Município da Maia									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.351.963,42	0,00	0,00	0,00	1.351.963,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	12.611.818,82	0,00	0,00	0,00	12.611.818,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.688.601,92	0,00	0,00	0,00	14.688.601,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Prestação suplementar

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM/Município da Maia									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.351.963,42	0,00	0,00	0,00	1.351.963,42
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.819,68	0,00	0,00	0,00	74.819,68
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.611.818,82	0,00	0,00	0,00	12.611.818,82
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.688.601,92	0,00	0,00	0,00	14.688.601,92

a) Prestação suplementar

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /SMAS									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	139.184,29	2.555,32	0,00	2.419,90	139.319,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	139.184,29	2.555,32	0,00	2.419,90	139.319,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo de fluxos	SMAS/ Espaço Municipal EEM									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.184,29	2.555,32	0,00	2.419,90	139.319,71
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	139.184,29	2.555,32	0,00	2.419,90	139.319,71

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /Renovarum									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	276.245,76	0,00	0,00	4.472,32	271.773,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	276.245,76	0,00	0,00	4.472,32	271.773,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Tipo de fluxos	Espaço Municipal EEM /Renovarum									
	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276.245,76	0,00	0,00	4.472,32	271.773,44
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276.245,76	0,00	0,00	4.472,32	271.773,44

Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /SMAS										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	481,67	0,00	438,86	42,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	481,67	0,00	438,86	42,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SMAS/ Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481,67	0,00	438,86	42,81
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481,67	0,00	438,86	42,81

Renovarum/SMAS										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	51.928,55	0,00	0,00	0,00	51.928,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	51.928,55	0,00	0,00	0,00	51.928,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SMAS/Renovarum										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.928,55	0,00	0,00	0,00	51.928,55
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.928,55	0,00	0,00	0,00	51.928,55

Maiambiente EEM/Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.785.714,30	0,00	1.785.714,30	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	18.750,00	0,00	15.000,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)		147.226,31	0,00	0,00	147.226,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.496.393,69	165.976,31	0,00	15.000,00	1.647.370,00	0,00	1.785.714,30	0,00	1.785.714,30	0,00

Município da Maia / Maiambiente, EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	1.785.714,30	0,00	1.785.714,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.750,00	0,00	15.000,00	3.750,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.759,58	0,00	0,00	0,00	99.759,58
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11	0,00	0,00	0,00	1.396.634,11
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	147.226,31	0,00	0,00	147.226,31
Total	0,00	1.785.714,30	0,00	1.785.714,30	0,00	1.496.393,69	165.976,31	0,00	15.000,00	1.647.370,00

a) Vencimentos de 2010 dos funcionários cedidos à Maiambiente

a) Vencimentos de 2010 dos funcionários cedidos à Maiambiente

SMAS / Maiambiente, EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	178.618,12	4.480.004,40	0,00	4.465.853,70	192.768,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.459,77	13.001,53	0,00	13.300,62	1.160,68
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	72.300,00	0,00	78.250,00	6.050,00
Total	178.618,12	4.480.004,40	0,00	4.465.853,70	192.768,82	13.459,77	85.301,53	0,00	91.550,62	7.210,68

a) Valor a receber pela cobrança da TRSU

SMAS/Maiambiente, EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.618,12	4.480.004,40	0,00	4.465.853,70	192.768,82
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	1.459,77	13.001,53	0,00	13.300,62	1.160,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	12.000,00	72.300,00	0,00	78.250,00	6.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	13.459,77	85.301,53	0,00	91.550,62	7.210,68	178.618,12	4.480.004,40	0,00	4.465.853,70	192.768,82

a) Valor a receber pela cobrança da TRSU

SMAS/Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.999,00	38.361,17	0,00	39.797,01	2.563,16
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	780.110,48	0,00	780.110,48	0,00	0,00	867.281,14	87.229,97	780.051,17	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	780.110,48	0,00	780.110,48	0,00	3.999,00	905.642,31	87.229,97	819.848,18	2.563,16

Município da Maia/SMAS										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	3.999,00	38.361,17	0,00	39.797,01	2.563,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	780.051,17	0,00	780.051,17	0,00	0,00	780.110,48	0,00	780.110,48	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.999,00	818.412,34	0,00	819.848,18	2.563,16	0,00	780.110,48	0,00	780.110,48	0,00

Academia das Artes da Maia PC EEM/ Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	224.121,99	0,00	0,00	224.121,99	0,00	618.000,00	0,00	618.000,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	6.406,32	5.893,29	0,00	6.195,30	6.104,31	48.311,77	199.222,32	-0,23	247.534,32	0,00
Participações do capital em numerário	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	56.286,10	230.015,28	0,00	6.195,30	280.106,08	48.311,77	817.222,32	-0,23	865.534,32	0,00

Município da Maia / Academia das Artes da Maia PC EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	618.000,00	0,00	618.000,00	0,00	0,00	224.121,99	0,00	0,00	224.121,99
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	42.116,70	199.222,32	0,00	241.339,02	0,00	211,02	5.893,29	0,00	0,00	6.104,31
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	49.879,78	0,00	0,00	0,00	49.879,78
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	42.116,70	817.222,32	0,00	859.339,02	0,00	50.090,80	230.015,28	0,00	0,00	280.106,08

Academia das Artes da Maia - PC EEM / Conservatório de Música da Maia CMMSU Lda.										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.366,33	0,00	0,00	116.448,70	-63.082,37
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.166,93	91.374,18	0,00	0,00	182.541,11
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149.533,26	91.374,18	0,00	116.448,70	124.458,74

a) Prestação suplementar/ investimento financeiro

Conservatório de Música da Maia CMM SU/ Academia das Artes da Maia PC EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	53.366,33	0,00	0,00	116.448,70	-63.082,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	91.166,93	91.374,18	0,00	0,00	182.541,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	149.533,26	91.374,18	0,00	116.448,70	124.458,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a) Prestação suplementar/ investimento financeiro

Academia das Artes da Maia - PC EEM / Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	29.010,46	0,00	0,00	0,00	29.010,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	29.010,46	0,00	0,00	0,00	29.010,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Emp. Metropolitana de Estacionamento da Maia EEM /Academia das Artes da Maia - PC EEM										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.010,46	0,00	0,00	0,00	29.010,46
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.010,46	0,00	0,00	0,00	29.010,46

Renovarum /Município da Maia										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	124.699,48	0,00	0,00	0,00	124.699,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	124.699,48	0,00	0,00	0,00	124.699,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município da Maia/Renovarum										
Tipo de fluxos	Obrigações/pagamentos					Direitos/recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações do capital em numerário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,48	0,00	0,00	0,00	124.699,48
Participações do capital em espécie	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.699,48	0,00	0,00	0,00	124.699,48

Mapa de Efectivos por Categorias															
Município	Empresa Municipal Estacionamento			Academia das Artes		Maambiente		Espaço Municipal		Renovarum	Conservatório de Música		SMAS		
Dirigente - Intermédio	41	Director Executivo	1	Animador Cultural	7	Directores	2	Vogais	2		Escriturárias	2	Técnicos Superiores	15	
Tecnico Superior	276	Secretária de Direcção	1	Assessor do Conselho de Administração	1	Gestores de Unidade	2	Técnicos Superiores	8		Contínuos	2	Coordenadores Técnicos	15	
Assistente Técnico	197	Técnicos Superiores	3	Assessor/a	3	Técnicos Superiores	3	Assistentes Administrativos	9		Empregados de Limpeza	1	Assistentes Técnicos	32	
Assistente Operacional	517	Administrativos	3	Assistente Administrativa Principal	1	Assessor de Administração	1	Operários	4		Técnico Superior	1	Encarregado Geral	1	
Informáticos	9	Fiscal Coordenador	1	Assistente Operacional	4	Assistentes Administrativos	4				Professores	45	Encarregado	5	
Polícia Municipal	20	Fiscais	3	Assistente Técnica	1	Auxiliares Administrativos	2						Assistentes Operacionais	102	
Outros	243	Fiscal Vigilante Coordenador	1	Auxiliar de Acção Educativa	1	Técnico de Informática	1						Fiscais	2	
		Fiscais Vigilantes	6	Contabilista / Técnica Oficial de Contas	1	Chefias Intermédias	9						Especialista de Informática	1	
		Coordenador de Manutenção	1	Contínuo de 1.ª	2	Condutores de Máq. Pesadas e Veículos	36								
		Auxiliar de Serviços Gerais	2	Coordenador Administrativo e Financeiro	1	Cantoneiros de Limpeza	90								
				Designer Gráfico	1										
				Directora Administrativa e Financeira	1										
				Electricista	2										
				Escriturária	1										
				Monitor das Oficinas de Imagem	1										
				Recepcionista	1										
				Sonoplasta	1										
				Técnica de Relações Públicas	3										
				Técnico de Comunicação	1										
		Técnico/a Superior Administrativo	4												
Total	1303	Total	22	Total	38	Total	150	Total	23	Total	0	Total	51	Total	173



2
0
1
0

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

maia
CÂMARA MUNICIPAL

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município da Maia**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 536.292.642 euros e um total de fundos próprios de 341.754.980 euros, incluindo um resultado líquido de 6.807.671 euros), a Demonstração Consolidada de Resultados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Município da Maia

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município da Maia** em 31 de Dezembro de 2010 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

8.1 Conforme referido no documento de Prestação de Contas, apesar de ter sido publicada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública a Portaria nº 474/2010, de 1 de Julho, a qual inclui a Orientação nº 1/2010 – Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo, e onde se prevê a inclusão de participações de capital inferiores a 100%, o procedimento seguido, por indicação/sugestão do Grupo de Trabalho do SATAPOCAL, foi o constante da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), ou seja, inclusão apenas das entidades do sector empresarial local onde o Município é o único detentor do seu capital social e dos Serviços Municipalizados. Pese o facto de o efeito não ser de tal forma materialmente relevante que afecte a leitura das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas, a adopção de um perímetro alargado em função do controlo, tal como preconizado pela Portaria anterior e pela Norma Internacional de Contabilidade do Sector Público nº 6 (IPSAS 6) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, seria em nossa opinião o procedimento mais adequado;

8.2 Tal como referido na Certificação Legal das Contas individuais datada de 14 de Abril de 2011 (parágrafo 8.1), o Município é o único subscritor e titular das Unidades de Participação de 3 (três) Fundos Especiais de Investimento Imobiliário Fechados. Estes fundos, que evidenciam segundo as suas demonstrações

Município da Maia

financeiras de 2010 passivos no montante de 17.489.632 euros, não foram objecto de integração nas demonstrações financeiras consolidadas, por ser entendimento do Município não revestirem a natureza de entidades do sector empresarial local. Pese o facto de não existirem instruções claras e concisas por parte das entidades competentes sobre o tratamento a dar a este tipo de “participações”, e dos potenciais efeitos não porem em causa a relevância e materialidade das demonstrações financeiras apresentadas, à semelhança do referido no parágrafo anterior, entendemos que a opção seguida poderia ter sido outra, indo mais ao encontro dos normativos existentes sobre esta matéria; e

- 8.3 O exercício de 2010 é o primeiro em que se existe legislação específica que suporte a preparação e divulgação de demonstrações financeiras consolidadas, razão pela qual não são apresentados dados comparativos.

Maia, 16 de Junho de 2011

Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda.

Representada por:



Luís Manuel Moura Esteves, ROC



maia
CÂMARA MUNICIPAL